

SENTIDOS DE CURRÍCULO E ‘ENSINO DE’ BIOLOGIA E HISTÓRIA: DESLOCANDO FRONTEIRAS

FERREIRA, Marcia Serra

GABRIEL, Carmen Teresa

MONTEIRO, Ana Maria

Introdução

Este trabalho tem como objetivo explicitar os modos como vimos produzindo pesquisas na interface entre currículo e ‘ensino de’ no Núcleo de Estudos de Currículo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEC/UFRJ). Ele é parte de nossas inquietações como pesquisadoras no campo do Currículo e como formadoras de professores para as áreas das Ciências Biológicas e da História. Particularmente, interessa-nos trazer para o debate os sentidos de ‘ensino de’ que temos produzido e fixado em estudos cujo foco é justamente o currículo nessas áreas.

Essa reflexão se insere em um cenário de debates mais amplos em torno de questões que extrapolam o campo do Currículo. Elas dizem respeito aos questionamentos do lugar atribuído às pesquisas em ‘ensino de’ no campo educacional. Esses questionamentos não são recentes e tampouco vem sendo provocados apenas por iniciativas externas à área da educação. Afinal, a emergência de uma área de “ensino” na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), separada da área de Educação, não estaria sinalizando o acirramento, o deslocamento e a atualização de tensões historicamente presentes nas políticas educacionais?

Tais questionamentos se explicam, em parte, pelos processos de significação em torno da expressão ‘ensino de’, os quais mobilizam e hibridizam sentidos de conhecimentos de diferentes áreas disciplinares. Tais processos se dão em meio a práticas hegemônicas diferenciadas que, no jogo político, ora reforçam uma relação hierárquica entre esses conhecimentos, ora expulsam um deles da cadeia de equivalência que define o ‘ensino de’. Parafraseando Chantal Mouffe (2003), o que está em jogo nesse processo é a vontade política de considerar, na luta hegemônica, os referidos conhecimentos como “adversários” ou como “inimigos”.

Essas lutas em torno da definição de ‘ensino de’ nos remetem, também, à possibilidade de significá-lo como um lugar de atuação e/ou de produção de conhecimentos, abrindo outras frentes de disputa. Uma das frentes que tem nos interessado como grupo de pesquisa refere-se à formação docente, entendendo-a como

produtora e gestora de demandas de ensino, pesquisa e extensão da e para a escola e a universidade. Instigadas pelas teorizações contemporâneas que sustentam perspectivas não essencialistas de leitura do social/político, vimos construindo, em nossas pesquisas, ferramentas de análise que nos permitem olhar para temáticas clássicas do campo do Currículo com outras lentes. Nesse movimento, temos privilegiado, no campo semântico em torno do significante currículo, as relações entre conhecimento, poder e cultura em perspectiva histórica, epistemológica e/ou discursiva. Em Gabriel & Ferreira (2012, p. 234), por exemplo, considerando os conceitos de disciplina escolar e de conhecimento escolar “como objetos de investigação incontornáveis no debate curricular contemporâneo”, operamos com a noção de “conhecimento disciplinarizado” como chave de leitura para a compreensão do jogo político em meio ao qual são fixados sentidos de escolar na pesquisa e no ensino.

Defendendo a pertinência dessas outras lentes para olhar os sentidos de currículo e de ‘ensino de’ que vêm sendo produzidos tanto no ensino de Biologia e História quanto no próprio campo do Currículo, organizamos nossas argumentações em dois momentos: em um primeiro, levantamos algumas fixações de sentidos de currículo que tendem a ser hegemônicas nas pesquisas em ensino nessas duas áreas do conhecimento; em um segundo momento, apresentamos outras possibilidades para pensar a interface entre a educação e o ‘ensino de’ a partir de articulações que circulam, no campo do Currículo, entre conhecimento, poder e cultura, e com as quais temos dialogado em estudos que realizamos e orientamos no NEC/UFRJ.

Sentidos de currículo no ‘ensino de’ Biologia e História

Como dissemos anteriormente, em nossas trajetórias de pesquisadoras no campo do Currículo e formadoras de professores em Biologia e História, temos participado diretamente nas disputas por significação anteriormente mencionadas, procurando garantir a presença de fluxos de sentidos de currículo, disciplina, conhecimento, docência, escola e universidade, entre outros, nos quais apostamos do ponto de vista epistemológico e político. Deste lugar, temos sido interpeladas por demandas que mobilizam uma multiplicidade de sentidos de ‘ensino de’ que não necessariamente dialogam com as teorizações curriculares.

Nesse contexto, ainda que não partilhemos de uma visão ingênua de que tais teorias são redentoras dos problemas do ensino e da pesquisa, argumentamos em favor do potencial de análise que elas oferecem para fazer avançar o debate em torno do lugar

atribuído ao 'ensino de' na área da Educação. No caso específico da Biologia e da História, percebemos três fixações de sentidos de currículo que tendem a ser hegemônicas nas pesquisas em ensino nessas áreas. Essas fixações, embora estreitamente relacionadas, serão aqui abordadas em separado.

Um primeiro sentido refere-se às noções de currículo que o tomam como sinônimo de conteúdo ou uma listagem de conteúdos, naturalizados, não sendo pois, objeto de problematização. De modo semelhante, os documentos curriculares oficiais são 'coisificados' e apropriados como referenciais teóricos e não como textos políticos produzidos em meio a disputas de significados. Nessa perspectiva, se situam um número considerável de pesquisas em ensino de Biologia e História que buscam investigar a implementação dessas propostas, assim como a adequação das escolas e dos professores às mesmas. De uma maneira geral, tais análises operam com uma visão de política verticalizada na qual as instituições de ensino estão sempre em descompasso em relação às orientações curriculares elaboradas no âmbito do Estado. Como resultado das mesmas, ganham destaque, por exemplo, as deficiências das escolas, de professores e alunos, além de prescrições sobre os caminhos a serem trilhados para a superação das mesmas.

Um segundo sentido de currículo que pode ser evidenciado nas práticas articulatórias que constituem o ensino de Biologia e História diz respeito a forma como as pesquisas sobre essas temáticas lidam com a cadeia de equivalência na qual se articulam currículo e conhecimento. Vistos como sinônimos, tais significantes reafirmam perspectivas essencialistas que, embora participem das disputas internas ao campo do Currículo, há muito não são hegemônicas no mesmo. Além disso, imunes, de certo modo, aos debates contemporâneos que colocam em xeque a universalidade da ciência, os estudos tendem a não problematizar os sentidos de conhecimento que informam os sentidos de currículo fixados nessas produções. Ainda que muitos estudos se filiem às teorizações críticas ao reconhecerem a historicidade dos currículos, eles não necessariamente se distanciam das leituras que continuam operando com noções como fundamento ou essência. Como resultado dessas análises, temos, por exemplo, no caso do ensino de História, aquelas que consideram a inclusão de novos conteúdos uma condição suficiente para assegurar um currículo mais aberto às diferenças culturais. De modo semelhante, no caso do ensino de Biologia, temos pesquisas que não distinguem a história do ensino da história da ciência, ambas trabalhadas em um registro linear, marca de uma história tautológica pautada na crença de uma direção pré-determinada do

futuro.

Por fim, um terceiro sentido de currículo o coloca em uma cadeia equivalencial que reforça o entendimento do ensino de como o lugar da prática que, por sua vez, é percebida como sendo ‘esvaziada’ de teoria. O sentido de currículo reduzido ao lugar de aplicação de conhecimentos produzidos em outros lugares ajuda a explicar a permanência, nessas pesquisas, de uma visão instrumental nos processos de significação do ‘ensino de’. Essas pesquisas tendem a escolher como objeto de investigação o uso de materiais didáticos ou a elaboração e testagem de novas metodologias nos processos de ensino-aprendizagem, para dar alguns exemplos. As suas conclusões giram em torno da crença na produção de modelos idealizados, adequados a qualquer realidade escolar, como condição da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica.

Em tempos de novos ordenamentos do fazer pesquisa e de uma centralidade do currículo nas políticas educacionais, entendemos que tais abordagens tem um potencial pragmático de forte apelo político. Nesse contexto, outras demandas emergem e novas articulações são produzidas, fazendo deslocar as fronteiras que definem, ainda que provisoriamente, o ‘ensino de’ em sua relação com a área da Educação. No que se refere ao campo do Currículo, esse deslocamento abre outras possibilidades de reatualização dos debates acerca do lugar atribuído ao ‘ensino de’ nos estudos curriculares. É nesse movimento que tem sido produzidos os sentidos de ‘ensino de’ que passaremos a apresentar.

Repensando a interface entre currículo, ‘ensino de’ e educação

Como procuramos evidenciar, a forma como o ensino de Biologia e História vem fixando e operando com sentidos de currículo expressam uma quase ausência de diálogo com as teorizações curriculares. Isso não significa, no entanto, que o ‘ensino de’ esteja sendo objeto privilegiado de investigação na área da Educação e, em especial, no campo do Currículo. Diferentemente, dependendo da compreensão da interface entre currículo e conhecimento com a qual operamos, o ‘ensino de’ tem sido frequentemente esquecido, muitas vezes desqualificado, constituindo-se como o exterior constitutivo e, como tal, assumindo a função discursiva de fechamento da cadeia de equivalência definidora do que *é* e do que *não é* currículo.

Em perspectiva diversa, nossas pesquisas têm insistido em manter o ‘ensino de’ no interior dessa cadeia, apostando na potencialidade dessa estratégia discursiva para fortalecer a centralidade do “conhecimento disciplinarizado” (GABRIEL &

FERREIRA, 2012) não apenas como uma categoria de análise fecunda, mas também como uma questão política face às demandas de nosso presente. Como já afirmado (GABRIEL & FERREIRA, 2012, p. 237), esse posicionamento “possibilita-nos fortalecer, a um só tempo, a marca do escolar nos sistemas discursivos ‘campo do Currículo’ e ‘escola democrática’.”

Em diálogo com as teorizações do discurso pós-estruturalistas, consideramos que a fixação do sentido de qualquer significante em um contexto discursivo específico, ainda que sempre provisória, exige uma ruptura na cadeia de equivalência articuladora das unidades diferenciais, por meio da produção de um outro – um exterior constitutivo (LACLAU & MOUFFE, 2004) – que é expelido para fora dessa cadeia. Isso significa que o ‘ser das coisas’ é sempre relacional e se define pela mobilização das lógicas da equivalência e da diferença. No caso da expressão ‘ensino de’, para além da função discursiva que esta exerce de exterior constitutivo da cadeia equivalencial de currículo, tem nos interessado explorá-la como campo discursivo e, como tal, refletir sobre as lógicas de equivalência e de diferença que a constituem. Na abordagem aqui defendida, isso significa pensar na fronteira que estanca, provisoriamente, os fluxos de sentidos infinitos passíveis de se articularem na definição da expressão ‘ensino de’.

Em nossas pesquisas, temos operado, então, com o fechamento contingencial dessa expressão em dois tempos/momentos que muitas vezes se sobrepõem sem, no entanto, se confundirem. Um primeiro tempo/momento diz respeito ao fato de considerarmos a referida expressão, para fins de análise, sem qualquer adição ou complemento, nos remetendo à reflexão sobre a fronteira que define o que *é* e o que *não é* o ‘ensino de’ no campo discursivo nomeado currículo. Em um segundo tempo/momento, entram em jogo os fluxos de sentido constituintes de determinadas áreas de saberes, fazendo mexer a fronteira em função da articulação com outras demandas específicas dos campos disciplinares envolvidos, como, por exemplo, as Ciências Biológicas e a História. Em ambos os casos, cabe-nos indagar que unidades diferenciais são articuladas e quais são excluídas dessas cadeias definidoras da expressão ‘ensino de’ nos diferentes tempos. Como já anteriormente mencionado, entendemos que a decisão acerca do que ‘entra’ e do que ‘não entra’ em uma cadeia de equivalência é política e, neste caso, mobiliza múltiplos sentidos de currículo, docência e escola, para dar alguns exemplos.

Por caminhos diferenciados, em nossas pesquisas vimos explorando as fronteiras do ‘ensino de’ nos dois tempos/momentos anteriormente explicitados, privilegiando, em

nossas interlocuções, produções que nos ajudam a fixar sentidos para essa expressão. Tais sentidos atuam como unidades diferenciais que se articulam na cadeia equivalencial definidora do ‘ensino de’ que, por sua vez, como já explicitado, é significado como uma unidade diferencial que participa da lógica de equivalência que institui uma significação para currículo. Defendemos, assim, em um primeiro tempo/momento, a noção de ‘ensino de’ como uma categoria potente para abordar, direta ou indiretamente, questões relacionadas à formação inicial e continuada dos professores. Entendida em nossos estudos como um lugar de produção de conhecimento, a categoria ‘ensino de’ nos remete ao debate acerca das possibilidades de entendimento da relação que o docente, a despeito de seu pertencimento disciplinar, estabelece com os conhecimentos que ensina. Nesse caso, temos percebido o “conhecimento disciplinarizado”, seja em Biologia ou em História, como uma produção sócio-histórica dos docentes/agentes culturais em diálogo com seus alunos e em um contexto curricular específico.

Esse posicionamento nos distancia das fixações de sentidos de docência que tendem a significá-la, por exemplo, como um ‘ofício sem saberes’. De modo semelhante, nos afasta dos sentidos de prática que a colocam em oposição à teoria ou, então, que a associam a um ‘vazio epistemológico’. Em nossas pesquisas, a prática docente é significada como espaço de produção e de mobilização de saberes, lugar teórico que se refere tanto ao que é ensinado quanto aos conhecimentos mobilizados para o ‘ensino de’. O foco de nossas pesquisas volta-se, então, para a busca da compreensão de como/quais sentidos são (ou vem sendo) produzidos em diferentes tempos e variados contextos curriculares, entendendo-os como produtores de políticas de currículo para a formação de professores e, simultaneamente, para o ‘ensino de’ “conhecimentos disciplinarizados” (GABRIEL & FERREIRA, 2012).

Nesse quadro teórico, conceitos como as de “disciplina escolar” (GOODSON, 1983; CHERVEL, 1990) ; “conhecimento pedagógico do conteúdo” (SHULMAN, 1986, 1987) e “transposição didática” (CHEVALLARD, 1991) são ressignificados de modo a incorporar a noção de que estes envolvem processos dinâmicos e se renovam continuamente a partir de fluxos de diferentes sentidos de conhecimento – tais como conhecimento científico, cotidiano, midiático etc. –, os quais são fixados contingencialmente em meio a uma série de demandas. Interessa-nos, de diversas maneiras, buscar ferramentas teóricas para a investigação de processos constituídos historicamente, em contextos nos quais diferentes referências circulam e interagem.

Além disso, em nossos estudos, o sujeito posicionado como docente seleciona e mobiliza uma multiplicidade de fluxos de sentidos de conhecimento que circulam em contextos de formação específicos. Eles participam ativamente, portanto, do processo de produção dos conhecimentos validados e legitimados para serem ensinados nesses espaços.

Em um segundo tempo/momento – no qual a expressão ‘ensino de’ é seguida de um complemento que a remete a um campo disciplinar específico –, as pesquisas desenvolvidas no NEC/UFRJ, ao insistirem na centralidade de noções como “conhecimento disciplinarizado” (GABRIEL & FERREIRA, 2012) ou “conhecimento do conteúdo pedagogizado” (MONTEIRO, 2011), têm contribuído para aproximar a área da Educação e, mais especificamente, o campo do Currículo, do ‘ensino de’ Biologia e História.

Nosso argumento central tem consistido em afirmar que as fronteiras que definem o que *é* e o que *não é* ‘ensino de’ Biologia ou História são afetadas, necessariamente, pelos fluxos de sentidos sobre conhecimento científico produzidos nesses respectivos campos disciplinares. Isso implica incorporar as contribuições das teorizações das Ciências Biológicas e da História na produção dos fluxos de sentidos definidores da expressão ‘ensino de’. Afinal, como espaço-tempo de fronteira cultural (MACEDO, 2006), os currículos de Biologia e História incorporariam fluxos de cientificidade vindos desses campos disciplinares.

Referências bibliográficas

CHERVEL, A. As histórias das disciplinas escolares. Reflexões sobre um domínio de pesquisa. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: n.2, 1990

CHEVALLARD, Y. La transposition didactique: du savoir savant au savoir enseigné. Paris: Ed. La pensée Sauvage, 1991

GABRIEL, C. T. & FERREIRA, M. S. Disciplina escolar e conhecimento escolar: conceitos 'sob rasura' no debate curricular contemporâneo. In: Libâneo, J. C. & Alves, N. (Orgs.). *Temas de Pedagogia: diálogos entre Didática e Currículo*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, p. 227-241, 2012.

GOODSON, I. F. *School Subjects and Curriculum Change: Case Studies in Curriculum History*. London: Croom Helm, 1983.

MACEDO, Elizabeth, Currículo: Política, Cultura e Poder. Currículo sem Fronteiras, v.6, n.2, jul./dez., 2006b. p. 98-113.

2006

MONTEIRO, Ana Maria F.C. Saberes docentes e currículo: pesquisa do ensino de História em um diálogo com Lee Shulman. In: SABINO F. e ZAMBONI, Ernesta. América Latina em Perspectiva: culturas, memórias e saberes. Campinas(SP): Alinea Editora. (no prelo)

MOUFFE, Chantal, Democracia, cidadania e a questão do pluralismo, In Revista Política & Sociedade n. 03, 2003, PPGE/UFSC. p. 11-26
2003)

SHULMAN, L., (1986). Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, 15(2), pp. 4-14.

SHULMAN, L., (1987). Knowledge and teaching: foundations of the new reform. *Harvard Educational Review*. Vol.57 N° 1 February 1987. pp.1-21.